



INVESTIMENTOS E RETORNOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HORTAS COMUNITÁRIAS: ANÁLISE DOS EFEITOS FINANCEIROS E SOCIAIS

Pedro Henrique Ribeiro de ARAÚJO, UEM, ra99376@uem.br
Neuza Corte de OLIVEIRA, UEM, ncoliveira@uem.br
Deisy Cristina Corrêa IGARASHI, UEM, dccigarashi@uem.br

Referência:

ARAÚJO, Pedro Henrique Ribeiro de; OLIVEIRA, Neuza Corte de; IGARASHI, Deisy Cristina Corrêa. Investimentos e retornos das políticas públicas de hortas comunitárias: análise dos efeitos financeiros e sociais. In: SIMPPA - SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. 4., 2024, Maringá. **Anais eletrônico...** Maringá: PPA, 2024. p. 16-32. Disponível em: <https://ppa.uem.br/iv-simppa-2024x/anais>. Acesso em: 25 nov. 2024.

RESUMO

A promoção de políticas públicas que visam o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população é essencial para o crescimento e bem-estar da sociedade. Esta pesquisa visa **analisar os investimentos da administração pública de Maringá-PR na política de hortas comunitárias, identificando os valores aplicados e avaliando os efeitos financeiros e sociais para os participantes, com foco em indicadores como aumento de renda, melhoria na segurança alimentar e fortalecimento da comunidade.** A pesquisa é qualitativa descritiva, foi desenvolvida no município de Maringá-PR. Foram realizadas entrevistas com participantes de duas hortas comunitárias, bem como análise de mercado nas imediações das hortas comunitárias, considerando os valores praticados pelos residentes locais para produtos provenientes dessas hortas. Os resultados revelaram que a maioria dos participantes não possuem experiência prévia em atividades agrícolas, houve destaque a importância das hortas como oportunidade de aprendizado. A análise de mercado ao comparar valores praticados pelos participantes das hortas comunitárias, com preços do mercado local, forneceu percepções positivas dos consumidores de produtos oriundos da horta, bem como suas tendências de consumo. Constatou-se que as hortas comunitárias têm impactos positivos na economia e alimentação dos participantes, contribuem para a segurança alimentar e para a geração de renda familiar.

Palavras chave e Keywords: Hortas comunitárias. Administração pública. Retorno do investimento.

1 INTRODUÇÃO

As hortas comunitárias desempenham papel significativo na promoção da segurança alimentar, da sustentabilidade ambiental e na integração social em diversas regiões do Brasil (Cunha, Cardoso, 2022). Essas iniciativas envolvem a prática de cultivo de hortaliças e outros alimentos por membros da comunidade, com o apoio da administração pública local. Em Maringá, estado do Paraná, a implementação de hortas comunitárias tem ganho destaque, por proporcionar aos cidadãos uma alternativa de acesso a alimentos frescos e saudáveis, estimular a convivência comunitária e o desenvolvimento socioeconômico de famílias.

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MSD) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), relatam que as hortas comunitárias têm se expandido no Brasil, beneficiando mais de 370 mil pessoas desde 2010 (Almeida et. Al., 2020). No Paraná, somente Curitiba possui 147 hortas e o município de Maringá apresenta 40, que beneficiam diretamente 1.268 famílias e cerca de 4.800 pessoas indiretamente, com a produção anual média de 700 toneladas de hortaliças. Ações que promovem segurança alimentar, geram renda e fortalecem a comunidade (Albertin et al., 2016).

Diante da importância das hortas comunitárias como iniciativas que suprem as necessidades alimentares e fomentam o bem-estar social, surge a problemática central desta pesquisa: **Qual o retorno do investimento municipal de Maringá-Pr, na política pública das hortas comunitárias, e o efeito financeiro e social para os participantes?** Essa indagação se torna necessária, pois compreender se os produtos produzidos e comercializados nesses espaços públicos, trazem benefícios para o convívio social e aumento de renda familiar para os participantes pode ser ponto determinante para continuidade deste tipo de ação. Desse modo, foi estabelecido o objetivo do estudo: **Analisar os investimentos da administração pública de Maringá-PR na política de hortas comunitárias, identificando os valores aplicados e avaliando os efeitos financeiros e sociais para os participantes, com foco em indicadores como aumento de renda, melhoria na segurança alimentar e fortalecimento da comunidade.**

No que concerne ao tema de pesquisa, Aquino e Assis (2007) e Pires (2016) alertam que apesar da importância da agricultura urbana comunitária na renda das famílias de agricultores, a falta de dados quantitativos dificulta a análise de sua viabilidade econômica. Neste sentido, esforços em realizar a avaliação do valor econômico da produção agrícola junto às cidades, se configura como desafiadora que seja devido as lacunas oriundas das ações públicas ou das famílias de agricultores, quer seja devido a carência de informações confiáveis. Por tanto, pesquisas que minimizem tal lacuna se configura como relevante por delinear planos de ações sobre a manutenção das hortas comunitárias.

O desenvolvimento da pesquisa possibilita a análise mais profunda das dinâmicas locais, contribuem para a contextualização e generalização dos resultados obtidos. Ademais o desenvolvimento da pesquisa conta com a análise de mercado nas imediações das hortas comunitárias, considera valores praticados pelos residentes locais para os produtos provenientes dessas hortas. A análise detalhada das entrevistas e a avaliação dos dados de mercado foram complementadas pela investigação das despesas associadas aos custos assumidos pela administração pública de Maringá para a manutenção e continuidade da política pública das hortas. Ademais, espera-se o desenvolvimento da pesquisa ofereça subsídios para a formulação e aprimoramento de políticas públicas relacionadas à agricultura urbana em áreas periféricas

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS

Políticas públicas são ações e decisões do Estado que visam atender às necessidades e demandas da sociedade, abordando questões sociais, econômicas e políticas (Souza, 2006). Essas ações são implementadas por meio de programas, projetos e regulamentações, buscando o bem-estar da população. Brudney e England (1983) explicam que para o setor público a alocação de recursos financeiros em programas, projetos ou iniciativas são primordiais, pois, tais investimentos proporcionam benefícios de longo prazo para a sociedade como um todo, refletem planejamento criterioso e maximizam impactos das despesas públicas.

Hill (1993) enfatiza a importância de compreender os fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que moldam as políticas públicas e a necessidade de analisar como esses fatores interagem para moldar a agenda política e determinar os resultados das políticas, enfatizando que as políticas públicas são um campo complexo e interdisciplinar, influenciado por uma variedade de atores e forças, e que a compreensão desse processo é essencial para a análise e o desenvolvimento social. Percepção que está alinhada a de Ball (1994), o qual considera que Políticas públicas são um processo complexo que envolve a interação entre diferentes atores, como o governo, a sociedade civil e o setor privado.

Hill (1993) complementa que as políticas públicas são formadas por processos complexos e multifacetados, envolvem uma série de atores, interesses, influências e etapas, tornando-se um processo dinâmico que vai além da simples adoção de decisões governamentais. Tal processo inclui a definição de objetivos, a alocação de recursos e a implementação de medidas para alcançar resultados específicos, em prol da sociedade (Souza, 2006). Saravia (2006) complementam que as políticas públicas são formadas pelo conjunto de ações coordenadas que refletem as escolhas e decisões dos governantes em resposta a problemas e desafios da sociedade. Saliencia-se que tais ações podem surgir por diferentes fatores, como pressões políticas, demandas sociais e recursos disponíveis.

A formulação de políticas públicas é um processo que envolve a identificação e seleção de problemas a serem abordados pelo governo, bem como a análise das possíveis alternativas de ação (Dye, 2016). Milani (2006) complementa que para a promoção de políticas públicas mais eficazes é necessário haver interações e canais de comunicação com a população, bem como estabelecer diretrizes apropriadas e fornecer meios necessários para executá-las. No entanto, para implementá-las é necessário que haja avaliação contínua dos resultados e impactos das ações adotadas pelo governo, pois isso permite ajustes e melhorias ao longo do tempo (Frey, 2000). Saravia (2006) alertam que a implementação das políticas públicas é uma etapa crucial no ciclo de políticas, pois envolve transformar as decisões em projetos, muitas vezes influenciados devido a: capacidade institucional, alocação de recursos, e conciliação entre diversos órgãos governamentais.

Dentre as diversas possibilidades de política públicas Cunha e Cardoso (2022) consideram que a promoção da agricultura urbana e das hortas comunitárias tem se destacado, pois auxilia corrigir o desequilíbrio social e a melhorar índices de segurança alimentar. Todavia, tal prática envolve desenvolver ações de longo prazo e formar recursos humanos aptos a atuar com serviço social (Hirai, Santos, 2017).

Tal política está alinhada com o documento (O Futuro que Queremos) elaborado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no qual países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), com base nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) formularam metas voltadas para o Desenvolvimento Sustentável (Roma, 2019). Além disso, a ONU lançou de 2019 a 2028 um programa chamado Década das Nações Unidas para Agricultura de pequeno porte com intuito de promover políticas que apoiem e

promovam a segurança alimentar (Silva, 2019).

Além disso, o conceito de desenvolvimento sustentável envolve a busca por soluções que atendam às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias demandas Romeiro (2012). Isso implica considerar não apenas aspectos econômicos, mas, também, sociais e ambientais. Portanto, as práticas de agricultura urbana têm se revelado fundamentais para gerar trabalho e renda, bem como para promover a Segurança Alimentar e Nutricional, além de contribuir para o desenvolvimento urbano mais sustentável (Cunha, Cardoso, 2022).

Als e Azadgar (2022) enfatizam que a continuidade e a eficácia das hortas comunitárias estão associadas ao apoio e financiamento fornecidos pelo governo, ao compromisso com a educação e à promoção de tais iniciativas. Cunha e Cardoso (2022) explica que outro agente atuante no funcionamento e na continuidade das hortas urbanas, são as Organizações Não Governamentais (ONGs), as quais desempenham papel fundamental ao atuar como facilitadoras por mobilizar e engajar a comunidade, fornecer assistência técnica, capacitar os participantes, promover acesso a recursos e desempenhar papel ativo de conscientização e defesa em prol da agricultura urbana sustentável.

Almeida et al. (2020) explicam que a implementação de hortas gera vários benefícios sociais como: (a) disseminar valores e hábitos relacionados ao desenvolvimento das comunidades, (b) promover a cidadania e o bem-estar, (c) gerar trabalho e renda complementar, (d) difundir boas práticas agrícolas, (e) promover a produção de alimentos saudáveis, mesmo que em pequena escala, (f) estimular a inclusão social, (g) contribuir para uma alimentação mais saudável, (h) trazer benefícios ambientais nas áreas em que estão implantadas, (i) melhorar a qualidade de vida dos idosos, (j) promover a inclusão social e melhorar as relações interpessoais.

Por sua vez, Isidório e Ponciano (2016) consideram que adotar práticas ecológicas nas hortas comunitárias reduz custos de produção, e aumenta a resiliência quanto a condições ambientais adversas. Ademais, ao se avaliar a viabilidade das hortas comunitárias deve-se considerar não apenas os aspectos econômicos, mas, também, os sociais e ambientais, assim como a viabilidade econômica deve estar relacionada à eficiência na comercialização dos produtos (Luiz et al., 2019). Assim como o acesso a canais de venda direta, pode aumentar os lucros e fortalecer vínculos entre produtores e consumidores (Reifschneider, Lopes, 2015).

Isidório e Ponciano (2020) explica que investir no cultivo de hortas urbanas equilibra aspectos sociais e econômicos, sendo vital não apenas pela produção de alimentos, mas, também, pelo suporte às famílias. Contudo, é preciso realizar a análise dos investimentos necessários, o que envolve o uso de técnicas financeiras para determinar se o investimento é vantajoso (Portal Valoreasy, 2020). Apesar de Albertin et al. (2016, p. 111) explicar que o investimento em hortas comunitárias como políticas públicas apresenta “expressivo valor socioeconômico e paisagístico, mas também, sentimental tanto para os produtores quanto para transeuntes”.

Sob ótica do retorno às famílias de agricultores EMBRAPA (2018) explica que para otimizar o retorno financeiro nas atividades hortícolas, é possível realizar a diversificação de culturas. Isto porque ao oferecer maior variedade de produtos pode-se atender diferentes demandas do mercado e reduzir vulnerabilidades quanto a flutuação de preços e demanda.

Além da diversificação de culturas EMBRAPA (2018), também, menciona a produção de produtos processados e semi processados, os quais podem agregar valor ao negócio e se configura como uma estratégia para reduzir os riscos associados às perdas com as hortaliças.

Lombardi, Moori e Satiko Sato (2004) complementam que outra estratégia seria investir em alimentos orgânicos, os quais agregam valor sob a ótica ecológica tanto para o consumidor, quanto para o meio ambiente, além da oferta alimentos sem contaminação química.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa emprega pesquisa qualitativa de pesquisa aplicada, busca compreender de modo aprofundado do impacto das políticas públicas nas hortas comunitárias em áreas periféricas de Maringá- PR. Essa escolha pelo objeto de pesquisa considera a análise da complexidade dessa realidade urbana, e ultrapassa a mera localização geográfica, pois considera disparidades socioeconômicas da comunidade estudada (CARVALHO, 2022; ROLNIK, 1997; GOHN, 1985). Portanto esta pesquisa optou por investigar hortas comunitárias em áreas periféricas. A seleção das hortas não se restringe apenas à consideração da distância geográfica em relação aos centros urbanos, mas, está fundamentada nas disparidades socioeconômicas que permeiam as comunidades periféricas.

Ademais, Rolnik (1997) e Maricato (2013) explicam que as periferias não são apenas localidades geograficamente afastadas; são, de fato, cenários nos quais se manifestam desigualdades estruturais significativas. A análise dessas áreas requer compreensão de suas particularidades, demandando a implementação de políticas públicas direcionadas para atender às necessidades humanas e sociais das comunidades periféricas.

Reconhecer os desafios enfrentados pelas periferias extrapolam a mera carência de infraestrutura, demandando intervenções que abordem suas complexas demandas sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, as políticas públicas devem visar não apenas o aprimoramento das condições estruturais, mas também a promoção ativa da inclusão social e o desenvolvimento comunitário.

Em relação a coleta de dados a pesquisa se desenvolve a partir de duas etapas. A primeira utiliza entrevistas, as quais foram realizadas com membros de duas hortas comunitárias da cidade de Maringá, Paraná (Horta Comunitária Cidade Canção, e Horta Comunitária Jardim Andreia). As entrevistas coletaram dados de participantes e representantes das hortas, a fim de compreender: processos de produção, valores de comercialização, impactos financeiros que os produtos cultivados geram aos participantes, conforme quadro 1.

Quadro 1: Perguntas que nortearam a entrevista

1. Há quanto tempo você participa e faz o cultivo de hortaliças em hortas comunitárias?
2. Antes das hortas comunitárias, você teve alguma relação com produção agrícola ou atividade rural?
3. Qual é a renda total da sua família (residência)? Qual(is) atividade(s) exerce?
4. Em média quanto é a sua produção de hortaliças na horta comunitária semanalmente? Você precisa complementar a produção com a compra de outras hortaliças?
5. Você realiza alguma atividade de comercialização com a produção de hortaliças da horta? Se sim, em média quanto é seu faturamento mensal com essa atividade?
6. Além da relação de economia monetária, houve mudanças na alimentação se comparado a alimentação que havia antes e depois de começar a participar da horta comunitária? Quais foram estas mudanças?

Fonte: dados primários

A escolha qualitativa de uma família de cada horta comunitária para entrevistas presenciais foi pautada por critérios específicos, os quais visam enriquecer a compreensão do

impacto das políticas públicas nessas comunidades. Optou-se por selecionar famílias que apresentem uma longa trajetória de envolvimento e participação ativa nas hortas comunitárias, a fim de captar experiências significativas e informações detalhadas sobre os benefícios percebidos e desafios enfrentados.

O critério para a escolha das famílias baseou-se na consideração da sua história de engajamento nas políticas públicas relacionadas às hortas comunitárias, valorizando a expertise adquirida ao longo do tempo. A seleção se orientou para indivíduos com maior tempo de participação nas hortas comunitárias, cujo conhecimento acumulado proporciona uma perspectiva sobre o impacto das políticas e o papel dessas hortas na comunidade local. Tal escolha permitiu uma análise aprofundada das percepções, experiências e opiniões dessas famílias, contribuindo para uma compreensão dos resultados obtidos, além de possibilitar insights para o aprimoramento das políticas públicas voltadas às hortas comunitárias.

A realização das entrevistas coletou dados qualitativos de quatro participantes em cada uma das hortas e a coleta ocorreu entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024. Destaca-se que este intervalo de tempo abrange não apenas a obtenção das informações dos participantes, mas também o levantamento de dados de mercado para comparar com o preço praticado nas regiões de delimitação da pesquisa. No que tange esta análise de mercado, foram levantados dados de referência dos participantes, bem como foram obtidos três orçamentos relativos aos produtos cultivados nas proximidades das hortas comunitárias. Este levantamento foi realizado na região circunvizinha às hortas, em um perímetro de até 1,5 km.

Adicionalmente, a delimitação deste estudo abrange o escopo do Pregão Eletrônico nº 297/2023-PMM - Registro de Preços - Processo nº 01.05.00104585/2023.76-PMM. Os dados pertinentes foram obtidos no portal da transparência da licitação, referente à aquisição de mudas e sementes pela Administração Municipal das Hortas Comunitárias de Maringá para o ano de 2024. Essa abordagem visa atender ao valor presente de mercado e a análise comparativa dos dados coletados.

Ao se estabelecer a conexão entre a análise das entrevistas, a coleta de dados de mercado e a avaliação dos custos públicos, a pesquisa fornece a percepção do retorno referente ao investimento municipal, tanto financeiro, quanto social

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A cidade de Maringá possui aproximadamente 24 hortas comunitárias. Elas beneficiam cerca de 700 famílias diretamente e 2800 pessoas indiretamente. As hortas comunitárias são espaços coletivos, nos quais as pessoas se reúnem e produzem alimentos de forma voluntária. Os produtos da horta visam aumentar a renda e a segurança alimentar das famílias, promover a saúde e a participação social, incluir pessoas de baixa renda, reduzir problemas ambientais e sanitários e gerar benefícios físicos, mentais e sociais aos participantes.

Neste sentido a prefeitura de Maringá tem papel importante no desenvolvimento das hortas comunitárias. Isto porque ela financia o projeto com recursos próprios e convênios com órgãos públicos e privados, mantém as hortas com recursos orçamentários, celebra convênios com a companhia de abastecimento de água para ligar a água às hortas e divulga o programa por meio de material gráfico distribuído em unidades públicas.

As entrevistas revelam dados sobre o impacto das hortas comunitárias na economia e alimentação dos participantes. Os entrevistados participam média a 17 meses das hortas

comunitárias, sendo que a maioria dos participantes (6 famílias de 8 famílias entrevistadas) não possuía experiência prévia em atividades agrícolas. Isto evidencia a importância das hortas comunitárias enquanto oportunidade de aprendizado e capacitação, assim como indicando que a falta de experiência não é um critério determinante para participação nestas iniciativas.

Em relação à renda familiar verificou-se que há variação entre os participantes, pois algumas famílias dependem exclusivamente da produção das hortas para complementar a renda, enquanto outras utilizam a atividade como uma forma de reduzir despesas com alimentos ou como atividade ocupacional.

A produção mensal considerando as duas hortas estudadas e todos os participantes da pesquisa (8 famílias – 24 pessoas) totaliza 295 pés de hortaliças. Portanto, a produção mensal de hortaliças por pessoa soma 12,29 pés/pessoa (295 pés de hortaliças / 24 pessoas = 12,29 pés/pessoa). A pesquisa apurou que a produção (12,29 pés/pessoa) é considerada como suficiente, pelos participantes, para atender às necessidades de consumo familiar e para complementar a renda familiar. Isto porque o valor obtido, com a negociação da produção excedente, é considerado suficiente para comprar outros alimentos não produzidos na horta comunitária.

Durante as entrevistas constatou-se que a média mensal de comercialização dos participantes da horta comunitária soma 85 pés de hortaliças (85 pés comercializados / 295 pés produzidos = 29% da produção comercializada). Os entrevistados informam que a comercialização contribui para o aumento da renda familiar, assim como fortalece a economia local, pois estimula o comércio de produtos locais e promove a sustentabilidade econômica da comunidade. Ou seja, há ênfase da importância das hortas comunitárias não apenas como fonte de complementação de renda e alimentar, mas, também, como atividade econômica, visto que a venda da produção excedente gera renda adicional e incentiva o consumo local.

Foi calculado, também, o custo para produzir as hortaliças. Nas entrevistas constatou-se que a administração pública participa do processo com a doação das mudas de hortaliças, e os membros da horta comunitária arcam com os custos para o desenvolvimento (crescimento da muda), até a fase final de negociação. O investimento realizado pela administração pública municipal em prol das hortas comunitárias de Maringá, se limita a assumir a aquisição das mudas, o qual no período da pesquisa utilizava pregão eletrônico 297/2023, valores apresentados, quadro 2, se refere ao pregão homologado em 03/01/2024.

Os valores unitários de cada hortaliça foram utilizados para determinar o custo total dos 6 tipos de hortaliças mais produzidos/consumidos/comercializados nas hortas comunitárias pesquisadas, somando R\$ 0,51 para as 6 mudas, ou ainda R\$ 0,09/unidade de muda.

Quadro 3: Valores de Aquisição de Mudanças por Hortaliça

| Mudas de Hortaliças | Valor da bandeja com 200 unidades, homologadas no pregão 297/2023 - Prefeitura de Maringá (R\$) | Valor Unitário para as Mudanças de Hortaliças (R\$) |
|---------------------|---|---|
| Alface Crespa | 15,80 | 0,08 |
| Almeirão | 15,40 | 0,08 |
| Alface Americana | 15,70 | 0,08 |
| Rúcula | 15,30 | 0,08 |
| Cebolinha | 20,50 | 0,10 |
| Salsinha | 20,00 | 0,10 |

Fonte: dados primários

No decorrer das entrevistas pode-se apurar que os entrevistados (8 famílias – 24 pessoas) desembolsam alguns valores para o cultivo das hortaliças. Considerando apenas os valores gastos pelos entrevistados em 12 meses, o qual soma R\$1.181,33 (R\$1.181,33 / 24 pessoas = R\$ 49,22 / ano), ou ainda R\$ 4,10 /mês (R\$ 49,22/ 12 meses).

Os entrevistados explicaram que o valor mensal gasto (R\$ 4,10) é essencial para melhorar a infraestrutura das hortas, capacitar produtores em técnicas agrícolas e promover a sustentabilidade das atividades. No decorrer das entrevistas, constatou-se que parte do valor (R\$ 4,10) corresponde a uma mensalidade estipulada pelo ‘Estatuto da Horta’ (documento que estipula uma taxa mensal para o produtor participar do projeto horta comunitária), sendo o convertido em aquisição de produtos e equipamentos não fornecidos pela administração pública.

Em relação às mudanças nos hábitos alimentares, os entrevistados relatam que por participarem da horta comunitária têm acesso a maior variedade e melhor qualidade dos alimentos que compõem a dieta familiar. Eles destacam o aumento no consumo de alimentos frescos e saudáveis. Relatam, de forma unânime, que precisam complementar a alimentação com alimentos não cultivados nas hortas comunitárias, devido a limitações (espaço, manejo, falta de conhecimento técnico).

Considerando o calor unitário médio das mudas (R\$ 0,09) e a quantidade média de pés de hortaliça cultivado por cada membro da horta comunitária (12,29), pode-se apurar que valor total investido em hortaliças pela administração pública por pessoa nas hortas comunitárias soma R\$ 1,11 (R\$ 0,09/ muda x 12,29 pés de hortaliça/pessoa ao mês = R\$ 1,11/ pessoa ao mês).

Isso (R\$ 1,11) somado o valor mensal médio de gasto por participantes ao mês (R\$ 4,10), o resulta em um valor mensal gasto para uma pessoa cultivar as hortaliças de R\$ 5,21 ao mês (1,11 + 4,10).

A partir dos valores apurados passou a analisar o mercado local a fim de observar tendências de consumo e preferências dos consumidores. Esta análise pode gerar informações estratégicas para a administração pública e promover inserção de novos produtos a serem cultivados nas hortas comunitárias. Para isso, buscou-se junto as famílias entrevistadas identificar a composição do preço de venda das hortaliças produzidas. O preço praticado é fundamental para compreender a percepção dos participantes das hortas comunitárias (produtores) em relação aos preços praticados no mercado local, e estabelecer as expectativas dos consumidores com base na realidade econômica da comunidade envolvida.

A análise de mercado considerou 6 valores comercializados (3 para cada horta) para as hortaliças com maior volume de negociação. Isto permitiu analisar os preços praticados nas localidades. Os valores foram obtidos por meio de visitas a estabelecimentos situados em um raio de até 1,5 km das hortas comunitárias (mercados, feiras e quitandas). Considerando os valores praticados pelos entrevistados nas hortas comunitárias, e os valores coletados junto aos estabelecimentos, foi apurado o valor de referência médio para cada produto.

Quadro 2: Valor médio de referência para negociação das hortaliças

| Produtos mais comercializados | Famílias entrevistadas | | | | | | | | Hortência (R\$) | São Silvestre (R\$) | Valor médio |
|-------------------------------|------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------------|---------------------|-------------|
| | Família 1 | Família 2 | Família 3 | Família 4 | Família 5 | Família 6 | Família 7 | Família 8 | | | |
| Alface americana | 6,00 | 6,50 | 6,00 | 7,00 | 6,00 | 5,00 | 5,50 | 7,50 | 5,00 | 6,50 | 6,10 |
| Alface crespa | 5,00 | 4,00 | 4,50 | 4,00 | 5,00 | 4,50 | 5,00 | 5,00 | 4,00 | 4,50 | 4,55 |
| Almeirão | 4,00 | 3,50 | 3,50 | 4,50 | 4,00 | 4,50 | 3,50 | 4,00 | 3,50 | 3,80 | 3,88 |
| Salsinha | 2,50 | 2,80 | 2,50 | 3,00 | 2,50 | 3,00 | 2,70 | 3,00 | 2,80 | 2,50 | 2,73 |
| Cebolinha | 3,00 | 2,80 | 2,50 | 3,00 | 3,00 | 2,50 | 2,50 | 3,00 | 2,80 | 2,50 | 2,76 |
| Rúcula | 5,50 | 6,00 | 5,00 | 5,50 | 5,90 | 6,00 | 6,00 | 6,50 | 4,50 | 5,50 | 5,64 |

Fonte: dados primários

A rentabilidade do investimento foi calculada a partir da média dos valores de referência para o mercado por hortaliça (quadro 2), e o valor médio apurado foi de R\$ 4,28/pé de hortaliça comercializado. Ao se considerar o valor de mercado médio das hortaliças multiplicado pela quantidade média de pés de hortaliça cultivado por cada membro da horta comunitária (12,29 pés de hortaliça/pessoa ao mês), se obtém R\$ 52,60 (R\$ 4,28 preço médio de venda da hortaliça x 12,29 pés de hortaliça/pessoa = R\$ 52,60/pessoa ao mês).

O retorno do investimento para as hortas comunitárias foi calculado subtraindo o valor total de investimento para o cultivo das hortaliças do valor per capita das hortaliças produzidas, resultando em um lucro líquido per capita de R\$49,37 (R\$ 52,60 - R\$ 5,21). A porcentagem de retorno do investimento foi de aproximadamente 910%, o que indica que o retorno foi 9,10 vezes maior que o valor gasto no cultivo das hortaliças (R\$5,21).

Portanto, os resultados obtidos demonstram que o investimento realizado pela administração pública municipal de Maringá nas hortas comunitárias apresenta retorno significativo, além de contribuir para a sustentabilidade e segurança alimentar da comunidade local. Ainda que os valores evidenciados para o cálculo estejam referentes, apenas, aos custos diretos de produção, uma vez que não foram aplicados os custos de mão de obra usados no tempo de manejo das hortaliças, nem valores referentes ao local cedido pela prefeitura. Contudo outros gastos com água e energia são atribuídos a prefeitura e estão incorporados aos custos do município e não da horta comunitária em si.

No que se refere a análise do impacto financeiro das hortas comunitárias em Maringá para os participantes considera-se haver cenário positivo. Isto porque o valor líquido médio gerado por participante ao mês soma R\$49,37. Ao se considerar a porcentagem média de vendas (29%) verifica-se que as famílias possuem fonte adicional de renda significativa, e que esta pode representar melhoria significativa na qualidade de vida familiar. O valor apurado (R\$49,37 x 29% = 13,74) não apenas contribui para suprir necessidades básicas familiar, mas pode permitir investimentos em áreas como educação e saúde, além de promover o desenvolvimento pessoal e social dos participantes. Isso significa que, em média, cada pessoa das famílias participantes da horta comunitária arrecada R\$13,74 com a venda dos produtos produzidos.

No entanto, ao analisar casos isolados das famílias com menor renda (renda média familiar de R\$1.200 a R\$1.500), observa-se impacto ainda mais significativo. Para essas famílias, o valor gerado pelas hortas representa parcela substancial de sua renda total, e pode representar mudança em sua condição financeira. Tal impacto pode ser ainda mais profundo

ao se considerar o número de pessoas em cada família, bem como que a horta comunitária pode representar não apenas uma fonte adicional de renda, mas também uma forma de garantir a segurança alimentar e uma complementação financeira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre as hortas comunitárias destaca a importância das políticas públicas e de investimento, oriundo dos órgãos públicos, o qual neste caso se refere a instância municipal. As hortas comunitárias além de promover a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável, têm impactos significativos na renda familiar, na promoção de atividades ocupacionais e na construção de laços sociais entre os participantes. Ademais a gestão administrativa pública desempenha papel crucial no fornecimento contínuo de mudas e insumos, na mensuração dos custos do investimento municipal e na promoção de programas de capacitação financeira e técnica.

A análise dos custos de produção e do retorno do investimento municipal evidencia a importância de gestão eficiente e transparente dos recursos públicos, visando a sustentabilidade econômica e social das hortas comunitárias. A comercialização dos produtos das hortas tem impacto significativo na economia das famílias participantes, reduz despesas com alimentos e gera renda extra. Os participantes, mesmo sem experiência prévia em atividades agrícolas, estão engajados nas hortas em média há 17 meses, o que evidencia a relevância dessas iniciativas como espaços de aprendizado e capacitação.

Além dos benefícios econômicos, as hortas comunitárias contribuem para a diversificação da dieta, o aumento do consumo de alimentos frescos e saudáveis e a conscientização sobre a origem dos alimentos. A análise de mercado demonstra que os valores praticados pelos participantes estão alinhados com os preços do mercado local. Estima-se que aproximadamente 28,81% da produção seja comercializada, resultando em um aumento de até 7,84% na renda familiar.

Para maximizar o impacto das hortas comunitárias, sugere-se a implementação de programas de capacitação e educação alimentar, a fim de fortalecer as habilidades dos participantes em técnicas agrícolas sustentáveis e promover uma alimentação mais saudável. A integração das hortas comunitárias com outras atividades locais, como feiras de produtos orgânicos, grupos de consumo responsável e na possível comercialização desses produtos para Escolas e CMEIs do Município, pode fortalecer a economia local e aumentar o acesso da comunidade a alimentos saudáveis e de qualidade.

Novas pesquisas podem se concentrar na gestão de custos em outras políticas públicas, na análise comparativa entre diferentes regiões e na autossuficiência econômica das hortas comunitárias a longo prazo.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, R. M.; AUGUSTO, D. C.; MUBAI, B. A.; DE ANGELIS, B. L. D.; DA SILVA, M.; SILVA, F. F.; ANGEOLETTO, F. Hortas urbanas de Maringá (Pr): estudo socioeconômico dos produtores e perceptivo dos transeuntes. **Boletim de Geografia**, v. 34, n. 2, p. 98-115, 23 dez. 2016.

ALMEIDA, K. F., VIEIRA, G. L.S., SANTOS, C. M. F., SILVA, A. S., OLIVEIRA, M. I. S., ROCHA, A. E. Hortas urbanas agroecológicas: ações desenvolvidas no centro. **Boletim Informativo da Assessoria de Gestão Ambiental e Anais da Semana de Meio Ambiente 2020**, v. 3, n. 3, jul – set., p. 75-77, 2020.

ASL, S., AZADGAR, A. The spatial distribution of urban community gardens and their associated socio-economic status in Tehran, **Iran. Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 6, aug., 2022. DOI:10.3389/fsufs.2022.949075

LUIZ R, AMARAL H, DAGNINO R, KALSING R. Projeto Hortas Urbanas e Periurbanas do Município de Tramandaí. Osório, Rio Grande do Sul: **Anais da 9ª MoExp - Mostra de Ensino, Extensão e Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Osório**, 2019. Disponível em: <https://www.professor.ufrgs.br/dagnino/publications/moexp-projeto-hortas-urbanas-e-periurbanas?page=4>. Acesso em: 23 de set.2023.

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, n. 1, p. 137-150, jan.-jun., 2007.

BALL, S. **Education reform**. McGraw-Hill Education (UK), 1994.

BRUDNEY, J. L., ENGLAND, R. E. Toward a definition of the coproduction concept. **Public administration review**, v. 43, n. 1, Jan.-Feb., p. 59-65, 1983. <https://doi.org/10.2307/975300>

CARVALHO, M. C. Centralidade da periferia no pensamento político de Milton Santos (1964-1977). **Revista Política Hoje**, v. 31, n. 2, p. 84-98, 2022.

CUNHA, M. A. da, CARDOSO, R. de C. V. Hortas urbanas na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolvimento sustentável em Salvador, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 25, p. 2-22, 2022. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210094r3vu2022L4AO>

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. Pearson, 2016.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, jun., 2000. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89)

GOHN, M. G. M. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

HILL, M. **The Policy Process: a reader** Hemel Hempstead. Harvester Wheatsheaf. 1993.

HIRAI, Wanda Griep; DOS ANJOS, Flávio Sacco. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 6, n. 2, p.

ISIDORIO, C. B., PONCIANO, N. J. Caracterização e perfil socioeconômico das hortas urbanas comunitárias em Campos dos Goytacazes, Rj. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoducionais**, v. 11, p. 593-607, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v11i0.985>

LOMBARDI, Marta Sambiase, MOORI, Roberto Giro e SATIKO SATO, Geni. Um estudo exploratório dos fatores relevantes na decisão de compra de produtos orgânicos. **RAM. Revista de Administração Mackenzie [online]**. 2004, v. 5, n. 1, p. 13-34. DOI: 10.1590/1678-69712004/administracao.v5n1p14-34.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Editora Vozes, Ed.7ª, 2013.

MILANI, C. R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. **Sociologias [online]**, n. 16, p. 180-214, 2006. DOI: 10.1590/S1517-45222006000200008

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Visão 2030**: o futuro da agricultura brasileira. – Brasília, DF: Embrapa, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829>. Acesso em: 12 de set.2023.

PIRES, V. C. Agricultura Urbana como Fator de Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo na Região Metropolitana de Maringá. **Revista Pesquisa & Debate**, v.27, n. 2, p. 69-84, 2016.

Portal VALOREASY. Análise de Investimentos: O que é e seus principais métodos de avaliação. [Valoreasy.com.br](https://valoreasy.com.br), 10 de outubro de 2023. Disponível em: <https://valoreasy.com.br/blog/analise-de-investimentos/>. Acesso em: 16 de set.2023.

Prefeitura Municipal de Curitiba - Segurança Alimentar: Veja como é simples participar de uma das 147 hortas urbanas de Curitiba, 13 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/veja-como-e-simples-participar-de-uma-das-147-hortas-urbanas-de-curitiba/67363>. Acesso em: 23 de set.2023.

REIFSCHNEIDER, F. J. B., LOPES, C. A. Horticultura brasileira sustentável: Sonho eterno ou possibilidade futura? **Revista de Política Agrícola**, v. 24, n. 2, p. 90-101, 2015.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. Studio Nobel, 1997.

ROMA, J. C. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos avançados**, v. 26, p. 65-92, 2012.

SARAVIA, E. Política pública: dos clássicos às modernas abordagens. Orientação para a leitura. In: **Políticas públicas coletânea** – volume 2. Org.: SARAVIA, E., FERRAREZI, E. Org.; Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2915/1/160425_coletanea_pp_v2.pdf. Acesso em: 18 de ago.2023.

SILVA, K. A., MOTOMIYA, A. V. A, MELO, I. C., FERRAZ, D., REBELATO, D. A. N. Uma análise sobre a relação entre a cadeia produtiva da soja com a economia circular, agricultura de precisão e plantio direto. **XXVI SIMPEP - Simpósio de Engenharia de Produção**, 2019, Bauru. Universidade Estadual Paulista, 2019,

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. **Sociologias**, v.8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de ago.2023.